



COC 226/80

Contrato de Concessão para explora o dos
serviços públicos de abastecimento de
 gua e remo o de esgotos sanitários, que
entre si fazem a Companhia de Saneamento
do Paraná-SANEPAR, e a Prefeitura Muni-
cipal de IVAÍ, conforme adiante se declara:

Nesta data, compareceram de um lado, o Mu-
nic pio de IVAÍ por seu Prefeito Municipal, devidamente autorizado pela
Lei n  193/79 de 02.10.79 e do outro lado, a Companhia de Saneamento do
Paraná-SANEPAR, neste ato representada por seu Diretor Presidente Eng 
INGO HENRIQUE HUBERT, por seu Diretor Financeiro Eng  PAULO ROBERTO MAIN-
GU , assistida pelo advogado ALLAN STRADIOTTO, para firmar o presente
Contrato de Concessão; nas condi es expresas nas cláusulas seguintes:
PRIMEIRA: Fica concedido à SANEPAR, criada pela Lei Estadual n  4684 de
23.01.63, a explora o e opera o dos serviços públicos de abastecimen-
to de água e remo o de esgotos sanitários de IVAÍ pelo prazo de 30
anos, obedecida a legisla o vigente e aplicável   espécie. PARÁGRAFO  
NICO: Para os fins previstos no presente Contrato são designados: a) CON-
CEDENTE: Prefeitura Municipal; b) CONCESSIONÁRIA: Companhia de Saneamen-
to do Paraná-SANEPAR. SEGUNDA: Para um perfeito desempenho do encar-
go aqui assumido, compete a CONCESSIONÁRIA, com exclusividade, direta-
mente, ou mediante contrato com entidade especializada em engenharia sani-
t ria: a) estudar, projetar e executar as obras relativas à constru o,
amplia o ou remodela o dos sistemas públicos de abastecimento de água
potável e de esgotos sanitários municipais; b) atuar como órgão coorde-
nador, executor ou fiscalizador de execu o dos conv nios celebrados pa-
ra fins do item a, entre o Munic pio e  rg os Federais ou Estaduais; c)
operar, manter, conservar e explorar os serviços de água pot vel e de
esgotos sanit rios; d) emitir, fiscalizar e arrecadar as contas dos ser-
viños que prestar. TERCEIRA:   delegada   CONCESSION RIA, competéncia
para fixar tarifas que permitam a justa remunera o do investimento, o
melhoramento e a expansão dos serviços e assegurem o equilíbrio econ mi-
co e financeiro do sistema explorado, nos termos do Convênio firmado en-
tre o Governo do Estado do Paraná e o BNH, de acordo com o disposto nos
incisos I e II, do artigo 167, da Constitui o Federal. QUARTA:   veda-
do   CONCESSIONÁRIA proceder isen o de tarifas e custo de seus servi-
 os. QUINTA: Os loteamentos futuros são poderão ser aprovados pela CONCE-
EDENTE, desde que, em seu traçado, seja prevista a execu o de redes co-
letoras de esgotos sanitários e de distribui o de água, previamente a-
provados pela CONCESSIONÁRIA. PARÁGRAFO ÚNICO: A execu o de tais melho-
rias será suportada pela empresa ou pessoa que efetuar o loteamento .


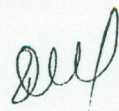

113 226/80

SEXTA: Caberá   CONCEDENTE, recompor a pavimentação das ruas danificadas em decorrência das obras de instalação, ampliação e reparos de redes públicas e coletores prediais, durante a aplicação e carência dos recursos emprestados pelo BNH. PARÁGRAFO ÚNICO: A CONCESSIONÁRIA ficará obrigada a recompor os passeios ficando-lhe facultado faturar os serviços de re composição contra os usuários diretamente atingidos. SÉTIMA: O Poder Exe cutivo Municipal decretará a utilidade pública para fins de desapropri ação ou estabelecimento de bens e direitos necessários aos serviços da CONCESSIONÁRIA, seus melhoramentos, extensões e ampliações nos termos da Legislação vigente. PARÁGRAFO ÚNICO: Nos casos previstos nesta cláusula o  nus da indenização ficará a cargo da CONCEDENTE, mediante acordo com os interessados ou através de ação judicial. OITAVA: A CONCESSIONÁRIA po der  utilizar, para a realização dos serviços ora concedidos, os terre nos de domínio público municipal e neles estabelecer servidões através de estradas, caminhos e vias públicas, na forma da lei específica. NONA: A CONCESSIONÁRIA gozará de total isenção de impostos municipais rela tivamente a seus bens e serviços de conformidade com a Lei Municipal. DÉCIMA: Do custo das obras do novo sistema de abastecimento de água, estimado nesta data em 16.416,000 UPC, correspondendo a Cr\$ 8.008.217,00 (oito milhões, oito mil, duzentos e dezessete cruzeiros) a CONCEDENTE partici pará com uma contribuição de 25% (vinte e cinco por cento). PARÁGRAFO PRI MEIRO: A Participação da CONCEDENTE que se trata esta cláusula estimada em 4.104,000 UPC, ou seja, Cr\$ 2.002.054,32 (dois milhões, dois mil, cin quenta e quatro cruzeiros e trinta e dois centavos), será realizada em dinheiro em 36 (trinta e seis) prestações mensais, iguais e consecutivas de 114,000 UPC, cada uma, vencível a primeira a partir do início das obras. Caso o Município possua sistema, o acervo será avaliado técnica e economicamente e considerado como contrapartida mediante Termo Aditivo . PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONCEDENTE participar  ainda com igual percentagem nas futuras construções, melhoramentos, extensões ou ampliações dos sis temas da cidade de acordo com cronograma físico-financeiro das obras. PA R GRAFO TERCEIRO: A participação futura de que trata o parágrafo segundo, será em dinheiro e/ou bens e direitos dos sistemas existentes, ficando desde já estabelecido que as participações serão transformadas em (ações preferenciais) no capital da CONCESSIONÁRIA, respeitadas as disposições do artigo 2  e seus parágrafos da Lei de Concessão, num montante que não in viabilize economicamente a implantação da obra. PARÁGRAFO QUARTO: No ca so de bens e direitos aludidos no parágrafo terceiro, o valor dos mesmos será fixado por avaliação na forma da Lei 6404 de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações). DÉCIMA PRIMEIRA: Se no decorrer da Con cessão houver interesse das partes na execução das obras de remoção de

Is def



esgoto sanitário, a CONCEDENTE se compromete a participar com um percentual a ser definido, mediante assinatura de Termo Aditivo. DÉCIMA SEGUNDA: Por ocasião da assinatura do presente contrato, o Poder Executivo, outorgará procura o   Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, de acordo com as disposições do artigo 3  da Lei de Concessão. DÉCIMA TERCEIRA: Será de responsabilidade do Município, os pagamentos das tarifas devidas por banheiros, fontes, torneiras públicas e ramais de esgotos sanitários utilizados pela CONCEDENTE ou de sua responsabilidade. DÉCIMA QUARTA: A CONCESSIONÁRIA não se responsabilizará pela interrup o de fornecimento dos serviços de água e remo o de esgotos sanitários motivada por força maior, como greves, inundações, acidentes, incêndios, comov es públicas, guerras, etc. DÉCIMA QUINTA: A CONCESSIONÁRIA manter  constantemente estudos visando o aprimoramento e a programac o das obras de instala o e de amplia o dos serviços públicos concedidos dentro de sua política de a o. DÉCIMA SEXTA: Sempre que julgar necessário, a CONCEDENTE poderá solicitar esclarecimentos quanto ao programa de a o em prática na área atendida pela CONCESSIONÁRIA e quanto as tarifas vigentes. DÉCIMA SÉTIMA: A CONCESSIONÁRIA poderá embargar o funcionamento de poços artesanais, freáticos e cisternas existentes nos locais providos de rede pública de distribui o de água, devendo proceder ao fechamento e lacrar as referidas fontes de abastecimento sem o direito dos proprietários ou usuários reclamarem qualquer indeniza o. PARÁGRAFO ÚNICO: Fica desde já estabelecido que as disposições desta cláusula somente se r o aplicadas quando o sistema operado pela CONCESSIONÁRIA possuir condições técnicas para atender os usuários abastecidos por poços particulares. DÉCIMA OITAVA: Poderá a CONCESSIONÁRIA sustar o fornecimento de água aos usuários, sempre que o débito do imóvel ultrapassar trinta dias do vencimento, e em outros casos previstos em seu Regulamento. DÉCIMA NONA: Ocorrendo o caso de não prorroga o do prazo de concessão prevista na cláusula primeira, ou rescisão do presente contrato, o acervo do sistema de água e coleta de esgotos sanitários, será transferido ao patrim nio do Município, respeitados os estatutos da CONCESSIONÁRIA, bem como após assumir a responsabilidade pelo pagamento dos compromissos financeiros porventura existentes na data da transferência do acervo, e indenizar a SANEPAR pelos investimentos que excederem a participa o do Município. VIGÉSIMA: O Poder Executivo fica responsável pelas eventuais indenizações de bens e direitos reclamados por terceiros, concessionárias ou não, de sistemas de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários. VIGÉSIMA PRIMEIRA: Este contrato terá vigência a partir da sua assinatura, condicionado o início de operações a 30 (trinta) dias após



a conclusão das obras. PARÁGRAFO ÚNICO: A CONCESSIONÁRIA, em hipótese alguma, será considerada sucessora da CONCEDENTE. VIGÉSIMA SEGUNDA : Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba Capital do Estado, para ne le serem resolvidas todas as questões judiciais, derivadas deste instrumento, renunciando as partes expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 05 de março de 1980

ENG  INGO HENRIQUE HUBERT
DIRETOR PRESIDENTE DA SANEPAR

ENG  PAULO ROBERTO MAINGUE
DIRETOR FINANCEIRO DA SANEPAR

SR. JOÃO ANTONIO BATISTA
PREFEITO MUNICIPAL

ALLAN STRADIOTTO
ADVOGADO DA SANEPAR

TESTEMUNHAS

7  TABELIAO
DR. RENATO VOLPE
DR. HERLEI JOSÉ VOLPE
Oficial Maior
JOSE B NICO
AYRTON CHERPINSKY
Esc:
ADEODATO A. VOLPE JR
ADEIR WOLPE
Autorizados
CURITIBA
PARANÁ

Reconheço a  ssina de Allan
Stradiotto, Ingo H.
Hubert, Paulo R. Maingue
e Maria A. Wincowski
Curitiba, 11 de Mar de 1980
Em test. É de verdade

2  REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

PROTOCOLADO n /data sob n.  362025
e REGISTRADO sob n.é 186926 de
Livro 0154 Curitiba 11 MAR 1980

CARTORIO RAMOS

Rua Mal. Floriano, 250 - Fone: (PABX) 224-2444
NICANOR RAMOS FILHO - TITULAR
JOÃO VALDIR JUSTUS - ENC. JURAMENTADO
EMPREGADOS JURAMENTADOS
NICANOR ANTONIO LUNARDELLI RAMOS
Rom o Ferrareso